

## APONTAMENTOS SOBRE A TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO DO EFEITO DE NEUTRALIDADE NA REVISTA SUPERINTERESSANTE

Renata Ferreira dos Santos ROCHA (PG/ UFU)<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho faz parte de uma pesquisa de Mestrado em que se estuda a heterogeneidade discursiva em reportagens da revista Superinteressante. Neste trabalho há uma abordagem discursiva da construção do efeito de neutralidade nesta revista.

**ABSTRACT:** This work is a Master research which aims to study the discursive heterogeneity in Superinteressante magazine reports. This work aims to do a discursive approach of construction of effect in this magazine.

### 1. Introdução

Falar em discurso não nos parece uma tarefa muito fácil, já que essa noção é empregada com acepções muito diferentes. Falar em “análise do discurso” também não nos parece menos complicado porque essa expressão é tratada como correlata da palavra anterior. No entanto, como analistas do discurso, podemos assumir o fato de que a Análise do Discurso (abreviadamente AD) não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua significando no mundo, ou melhor, produzindo efeitos de sentido(s). Podemos, então, dizer que a AD tem como objeto, não a língua ou a palavra, mas o “sentido”.

A Análise do Discurso trabalha seus limites e seus mecanismos através de um dispositivo teórico construído pelo analista a fim de compreender os processos de significação presentes no texto, fazendo vir à tona os efeitos de sentidos produzidos e a maneira como se constituem. Compreender como os sentidos constituem-se possibilita perceber que esse processo de constituição está, necessariamente, sujeito ao desliz, havendo sempre um “outro” possível que também constitui o discurso. Assim, inscrever-se na AD implica assumir a heterogeneidade como um de seus fundamentos teóricos. É com base nesse pressuposto que desenvolveremos o presente trabalho.

Se inscrever na AD significa, obrigatoriamente, assumir que não há um discurso “puro”, todos são heterogêneos; baseados nesse pressuposto é que fundamentamos e apresentamos o presente trabalho. Para o seu desenvolvimento, lançaremos mão da noção de dialogia de Bakhtin, bem como das considerações de Authier-Revuz e de Maingueneau a respeito da heterogeneidade. A partir dessas conceituações, pontuaremos, no interior da AD, o conceito e a aplicação da heterogeneidade. Nosso intuito, com base nesses autores, é possibilitar uma reflexão a respeito da presença do “outro” no discurso. Consideramos que o trabalho tenha relevância dentro do contexto da AD por acreditarmos que o assunto, heterogeneidade, ocasiona dúvidas e questionamentos que impossibilitam pesquisadores a se inscreverem, realmente, no espaço teórico da AD, visto que a heterogeneidade discursiva é tratada, tantas vezes, de maneira equivocada e distorcida.

O corpus de análise desse trabalho constituir-se-á de uma reportagem de capa da revista superinteressante intitulada *Afinal, o que está acontecendo com a medicina?* (Ano 15, nº5, maio/2001), portanto, uma reportagem do século XXI.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> renatafsantos07@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Essa reportagem é apenas uma das oito reportagens analisadas no projeto de Mestrado, representando, portanto, um recorte feito para essa apresentação.

## 2. Fundamentação teórica

Apresentaremos a noção de dialogia em Bakhtin, e a noção de heterogeneidade mostrada em Authier-Revuz e Maingueneau.

### 2.1 Mikhail Bakhtin

A respeito do discurso de “outrem”, Bakhtin (1929)<sup>3</sup> inicia sua reflexão afirmando que “o discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação” (Bakhtin, 1986, p. 144).

O autor, a partir disso, pauta que o discurso de “outrem” não é apenas o tema do discurso, ele pode entrar no discurso e na sua construção sintática como parte da construção, conservando sua autonomia estrutural e semântica sem alterar a trama lingüística do contexto ao qual foi integrado. É, pois, a partir dessa existência autônoma que o discurso de “outrem” passa para o contexto narrativo, conservando seu conteúdo e noções elementares de sua integridade lingüística e de sua autonomia estrutural primitiva.<sup>4</sup>

Dessa forma, podemos pontuar, a partir dessas considerações arroladas por Bakhtin, que a diluição da palavra citada no contexto narrativo não se efetua completamente porque, segundo o autor, tanto o conteúdo semântico quanto a estrutura da enunciação citada permanecem relativamente estáveis, fazendo com que a substância do discurso de “outrem” permaneça palpável, como um “todo auto-suficiente”. Assim, a análise da inscrição do discurso de “outrem” no fio discursivo implica uma relação ativa de uma enunciação à outra e pressupõe, portanto, uma investigação mais profunda das formas usadas na citação do discurso, já que essas formas refletem tendências da recepção ativa do discurso de “outrem” no discurso narrativo.<sup>5</sup>

A respeito da apreensão ativa da enunciação de “outrem”, com base nos estudos de Bakhtin, podemos pontuar que o processo não se realiza diretamente sob a forma de discurso direto ou indireto. Essas formas são somente esquemas padronizados para citar o discurso. Mas faz-se importante ressaltarmos, também, que esses esquemas surgiram e tomaram forma de acordo com as tendências dominantes da apreensão do discurso de “outrem” e que eles “exercem uma influência reguladora, estimulante ou inibidora, sobre o desenvolvimento das tendências da apreensão apreciativa, cujo campo de ação é justamente definido por essas formas”. (Bakhtin, 1986, p. 147).

Essa apreensão apreciativa da enunciação de “outrem” se dá por meio de mecanismos de um discurso interior. Por isso, aquele que apreende a enunciação de “outrem” não é um ser “privado da palavra”, mas cheio de palavras interiores. Todo o “fundo perceptivo” (atividade mental) daquele que apreende o discurso de “outrem” é mediado pelo discurso interior, operando, assim, a junção com o discurso do exterior. Dessa forma, ponderamos, de acordo com as considerações bakhtinianas, que é no quadro do discurso interior que se efetua a apreensão, a compreensão e a apreciação da enunciação de “outrem”<sup>6</sup>.

É nesse sentido que podemos dizer que o discurso citado e o contexto narrativo unem-se por relações dinâmicas e complexas, e que não há possibilidade de compreender a(s) forma(s) de discurso citado sem considerar essas relações. Para Bakhtin, o importante nesse estudo é a interação entre essas duas dimensões: o discurso a transmitir e aquele que serve para transmiti-

<sup>3</sup> Utilizamos uma edição de 1986 da obra de Bakhtin.

<sup>4</sup> A enunciação do narrador, quando integra à sua composição outra enunciação, elabora regras (sintáticas, estilísticas, composicionais) para assimilar essa outra enunciação, para associá-la à sua própria unidade, embora conserve, pelo menos rudimentarmente, a autonomia primitiva do discurso de “outrem”.

<sup>5</sup> Não podemos nos esquecer que Bakhtin constrói toda sua teoria baseada em *corpora* literários, para fins não especificamente lingüísticos.

<sup>6</sup> Segundo Bakhtin não se pode ter o discurso de “outrem” sistematicamente separado do contexto narrativo. Para ele, o erro dos pesquisadores que já estudaram as formas de transmissão do discurso de “outrem” foi justamente concebê-los separadamente.

lo. Na verdade, quando consideramos essa teoria de Bakhtin, consideramos também que os dois discursos (discurso a transmitir e discurso que serve para transmitir) só têm uma existência real e só se formam através dessa inter-relação dinâmica, que, por sua vez, reflete a dinâmica da inter-relação social dos indivíduos na comunicação ideológica verbal.

Em concordância com Bakhtin, ponderamos, então, que a análise das tendências de apreensão do discurso citado deve levar em conta as particularidades dos fenômenos lingüísticos em estudo, uma vez que a língua não existe por si só; sua existência se dá em conjunção com a estrutura individual de uma enunciação concreta, ou seja, é através da enunciação que a língua entra em contato com a comunicação, tornando-se, assim, uma realidade. E a realidade da comunicação verbal, isto é, suas condições, suas formas e seus métodos de diferenciação, são determinados pelas condições sociais e econômicas da época. Essas condições da comunicação sócio-verbal são, portanto, determinantes nas mudanças de formas, no que se refere à transmissão do discurso de “outrem”; nas formas pelas quais a língua registra as impressões do discurso de “outrem” e da personalidade do locutor, percebemos, corroborando com Bakhtin, que “os tipos de comunicação sócio-ideológica em transformação no curso da história manifestam-se com um relevo especial” (Bakhtin, 1986, p. 154).

## 2.2 Jacqueline Authier-Revuz

Jaqueline Authier-Revuz aponta que, no fio do discurso que um locutor único produz, há formas lingüisticamente detectáveis da presença do outro no nível da frase ou do discurso, ou seja, há a presença do outro sob formas mostradas de heterogeneidade.

Authier-Revuz considera como marcas explícitas de heterogeneidade (do outro em um discurso “primeiro”) as formas que se deixam aparecer no discurso relatado (discurso direto<sup>7</sup> e discurso indireto<sup>8</sup>) que designam, no plano da frase, um outro ato de enunciação. A autora também aponta uma forma mais complexa de heterogeneidade: as formas marcadas de conotação autonímica, em que o locutor faz uso de palavras inscritas no fio do seu discurso mostrando-as. Pondera, ainda, que existem fórmulas que constituem uma espécie de “metadiscurso ingênuo” que explica o estatuto do “Outro” dentro do discurso. Segundo Authier-Revuz, essas fórmulas se inserem no discurso como marcas de uma atividade de controle-regulagem do processo de comunicação<sup>9</sup>.

Authier-Revuz salienta algumas modalidades explícitas pelas quais a presença do outro significante pode ser marcada em uma seqüência: a remissão explícita de uma cadeia a uma “forma-gênero” repertoriada; a construção de uma cadeia, que não poderá receber um sentido, a não ser que, em um ponto, o interlocutor se decida a entender dois sentidos; a justaposição; a justaposição-superposição etc.

A autora, como percebemos, discute sobre as formas de heterogeneidade marcada<sup>10</sup>, mas não reduz a presença do outro a uma figura explícita de interlocutor. Ela coloca em evidência a presença do outro mesmo sem o auxílio do dito (lingüístico). Partindo das formas marcadas que atribuem ao outro um lugar lingüisticamente descritível, passando pelo *continuum* das formas recuperáveis da presença do outro no discurso, chega-se, inevitavelmente, à presença do outro em toda parte, sempre presente no discurso, não dependente de uma abordagem lingüística.

Authier-Revuz, para mostrar que não há uma superposição entre heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada, articula sua teoria da heterogeneidade à teoria do descentramento do sujeito. O sujeito não é tido como fonte consciente de um sentido que ele traduz nas palavras de uma língua. O sujeito é tomado como constitutivamente falado pelas

<sup>7</sup> No discurso direto o locutor dá lugar explicitamente ao discurso de um outro em seu próprio discurso.

<sup>8</sup> No discurso indireto o locutor remete a um outro como fonte de sentido.

<sup>9</sup> Segundo Authier-Revuz essas fórmulas são: a realização do discurso em uma língua ou em uma variedade de língua; a concordância dos dois interlocutores quanto à adequação da palavra; a significação da palavra “normalmente” óbvia e o pertencer das palavras e das seqüências de palavras ao discurso em curso.

<sup>10</sup> A heterogeneidade mostrada procura produzir um efeito de demarcar o outro no seu dizer, fazendo parecer que todo o resto é do sujeito.

palavras do(s) outro(s). Desse modo, a heterogeneidade mostrada não é o espelho da heterogeneidade constitutiva.

Nessa perspectiva, Authier-Revuz apóia-se em duas abordagens não propriamente lingüísticas da heterogeneidade da fala e do discurso: o dialogismo de Bakhtin e a psicanálise.

### 2.2.1 O dialogismo do círculo de Bakhtin

Tecendo suas primeiras colocações a respeito das idéias bakhtinianas, Authier-Revuz pondera que o sentido de um texto nunca está pronto, uma vez que ele se produz nas situações dialógicas ilimitadas que constituem suas leituras possíveis (leitura plural). Para Bakhtin, conforme a autora, as linguagens não se excluem, elas se intersectam de diversas maneiras, podendo ser confrontadas, servir de complemento mútuo, entrar em relações dialógicas formando novos “falares”.<sup>11</sup>

Bakhtin, segundo Authier-Revuz, com esse novo trabalho sobre a língua, propõe uma ruptura radical com o monologismo, com a ingenuidade verbal, instaurando a noção de interação verbal constitutivamente dialógica, em que o dizer de um locutor, necessariamente, dialoga com outro(s) discurso(s) da ordem do já-dito. Essa ruptura inscreve-se em uma consciência mais relativizada da linguagem, já que se encontra não mais no sistema esquematizado de sua própria língua, única e incontestável, mas na fronteira de numerosas línguas, no limite de sua luta intensa.

Assim, para o indivíduo que fala sua língua materna, a palavra não escapa à orientação dialógica com o já-dito da palavra do outro, ela remete sempre a um contexto, ou vários (contextos); não se apresenta com um sentido dicionarizado, “fixo”; ao contrário, o dialogismo é tomado como condição de constituição do(s) sentido(s), e este(s) se faz(em) no e pelo entrecruzamento dos discursos.

Como resultado do dialogismo bakhtiniano, a linguagem não conserva mais formas ou palavras neutras; ela (a palavra) mostra-se cheia de espaços a serem preenchidos por outros discursos<sup>12</sup>, dotada de intenções e acentuada de sentidos. A partir disso, podemos afirmar que o lugar do “outro discurso” não é *ao lado*, mas *no* discurso, já que o interesse do grupo de Bakhtin era o de oferecer “representações em discurso” do “discurso do outro” nos níveis sintático<sup>13</sup>, discursivo e literário. É nesse espaço, em um sistema de fusão das linguagens literariamente organizado, um sistema que tem por objeto esclarecer uma linguagem por meio de outra, que Bakhtin instaura o romance polifônico, em que a representação de um discurso é constantemente trabalhada pelos jogos de várias vozes cruzadas, complementares, concorrentes, contraditórias.

Por esse motivo, a interlocução (o jogo de vozes) apresenta-se, para Bakhtin, como um fator importante da dialogização do discurso, uma vez que todo discurso é dirigido a um interlocutor. Para o autor, segundo considerações de Authier-Revuz (1998), o discurso é interindividual e não se pode atribuí-lo somente ao locutor; cada enunciado tem um destinatário que se marca no tecido do discurso que está sendo produzido. Desse modo, o outro é, para o locutor, apreendido como discurso. A interlocução é colocada como fator constitutivo do discurso, o que acrescenta um parâmetro importante na produção do discurso no campo do interdiscurso: ela introduz um elemento heterogêneo a esse campo.

---

<sup>11</sup> Quando Bakhtin pensa o contexto de interação verbal refere-se à situação concreta de uma realização. Para ele a palavra é habitada pelos sentidos que lhe foram atribuídos nas diferentes enunciações de que participou, o que a tornaria polifônica. Encontramos aí um ponto de afastamento entre Bakhtin e Pêcheux: para Pêcheux a palavra não é um lugar onde se atribui sentidos diferentes conforme enunciações das quais (a palavra) já participou, ela muda conforme as posições ideológicas que assumimos.

<sup>12</sup> As palavras são atravessadas por discursos. Isso é o que Bakhtin chama de “saturação da linguagem”. Essa saturação designada por Bakhtin parece dialogar com a “saturação conflitual” analisada por Althusser. Este pondera que a luta entre palavras resume-se, muitas vezes, na luta de classes. (cf. “La philosophie comme argume de la révolution, La Pensée, n° 138, 1968”, apud Authier-Revuz, 1998, p. 36).

<sup>13</sup> O ponto de vista dialógico constitui um esclarecimento novo sobre as formas sintáticas descritas do discurso relatado porque nos limites de uma mesma construção lingüística, ouve-se ressoar acentos de duas vozes diferentes.

Essa heterogeneidade é instaurada no discurso porque o outro de Bakhtin<sup>14</sup> pertence ao campo do discurso, do sentido construído “em discurso” com palavras carregadas de história. O outro do dialogismo de Bakhtin é, pois, a condição do discurso, é uma fronteira interior, que marca no discurso a relação constitutiva com o outro.

Esse ponto de vista da articulação mantida entre “os outros discursos” e “os discursos do outro-interlocutor”, ainda que posteriormente outros trabalhos tenham tido olhares mais rigorosos e coerentes a esse respeito, postula um crédito de grande atualidade às pesquisas de Bakhtin.

### 2.2.2 A Psicanálise

A Psicanálise, apoiada nas leituras lacanianas de Freud, impõe um questionamento sobre a unicidade significante da cadeia linear porque, contrariamente à imagem de um sujeito “pleno”, causa da “existência” de uma palavra homogênea, a Psicanálise pauta-se em um sujeito dividido, condição para a palavra heterogênea. Para a Psicanálise o sujeito não é dono exclusivo de seu dizer, mas um efeito de linguagem<sup>15</sup>, e a linguagem é condição do inconsciente.<sup>16</sup>

Os trabalhos psicanalíticos consistem em fazer ressurgir os conflitos esquecidos que agem na vida presente, uma vez que o inconsciente não está à disposição do sujeito para estabelecer a continuidade de seu discurso consciente. Para a Psicanálise, segundo Authier-Revuz, o sujeito é falado mais pelo discurso sobredeterminado (inconsciente) do que pelo discurso dito “livre” e “dono de seu dizer”. A tarefa do analista, então, é, segundo Freud, “construir o que foi esquecido a partir dos traços deixados por esses esquecimentos”. (FREUD apud AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 50).

Com base nesses pressupostos da Psicanálise, Authier-Revuz afirma que “não há um ‘discurso do inconsciente’ que lhe seja próprio”, mas “que o inconsciente age no discurso ‘normal’” (Authier-Revuz, 2004, p. 52), ou seja, não há um acesso direto ao inconsciente, não se trata de passar de um sentido manifesto a um sentido oculto; mas de um trabalho de escuta, de pontuação, de eco, que se efetua sobre a materialidade da cadeia falada. Trazer à tona o discurso do inconsciente não é simplesmente tecer um comentário ou fazer uma interpretação a partir do que é dito, é perceber que o discurso não se reduz apenas a seu dizer explícito, mas admitir que ele carrega com ele o peso do outro nele mesmo. É admitir que há um avesso do discurso e que é nesse avesso<sup>17</sup> que se pode tentar fazer aparecer para o sujeito aquilo que é dito, inconscientemente, de seu desejo, em sua fala.

Isso não significa dizer que existe um significado escondido, e sim que nem tudo está mostrado explicitamente, ou seja, há o latente. E é, no funcionamento latente, aquele subjacente ao significante, que deve estar presente a escuta analítica. O trabalho de análise consiste justamente em ouvir, concomitantemente, as diferentes vozes do discurso, já que a aceitação dos traços do discurso inconsciente na análise permite afirmar que todo discurso é polifônico.

Faz-se necessário, nesse sentido, escutarmos (nós analistas), ao mesmo tempo, os diversos discursos que são ditos, sabendo que não existe uma condição amigável entre eles<sup>18</sup> porque o sujeito não é uma entidade homogênea, exterior à linguagem, não é a fonte consciente

---

<sup>14</sup> O outro de Bakhtin é aquele dos outros discursos e do outro interlocutor.

<sup>15</sup> A Psicanálise não é uma teoria do sujeito, nem uma teoria das relações entre sujeito e linguagem, é uma teoria que tem por objeto o inconsciente. Mas as noções de sujeito e de linguagem tem um papel importante nessa teoria porque fazem parte da “matéria-prima” teórica da Psicanálise. É porque o sujeito é efeito de linguagem que não é causa de si mesmo.

<sup>16</sup> Segundo os psicanalistas, em um trabalho de regressão, por exemplo, o sujeito não retorna ao passado, e sim o passado retorna na linguagem. Dizer que o inconsciente é o discurso do Outro é afirmar que um discurso livre não existe.

<sup>17</sup> Tomamos o avesso não como um outro discurso, mas como o discurso do Outro.(cf. Clément 1973b, p. 159, apud Authier-Revuz,2004, p. 54).

<sup>18</sup> Essa condição não amigável, tanto na polêmica quanto na contradição, diz respeito a uma diferença quanto à relação dialógica dos discursos do interior de um conjunto.

do sentido traduzido em palavras. O sujeito é, segundo Clément<sup>19</sup>, “essencialmente representação [...] dependendo das formas de linguagem que ele enuncia e que na verdade o enuncia”.

O sujeito do inconsciente é “barrado pelo desejo, a própria expressão de uma divisão”<sup>20</sup> Assim, conforme Authier-Revuz (2004, p. 66) “não há centro, para o sujeito, fora da ilusão e do fantasma”.<sup>21</sup>

### 2.2.3 O discurso constitutivamente atravessado pelo discurso do “outro”

Baseada em dois questionamentos com bases diferentes, o dialogismo do círculo de Bakhtin e a psicanálise, Authier-Revuz mostra a constituição heterogênea de todo discurso.

Considerando esses pontos de vista, o dialogismo do círculo de Bakhtin e a psicanálise, Authier-Revuz pondera que “todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’ e pelo ‘discurso do Outro’” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 69), ressaltando que o outro/Outro não é um objeto exterior, mas uma condição do discurso de um sujeito falante que não é fonte primeira e única desse discurso.

A autora, a respeito da presença constante de outros no discurso, esclarece que as formas de heterogeneidade mostrada não são um espelho da realidade incontestável que é a heterogeneidade constitutiva do discurso. Ela afirma, nesse sentido, que as formas de heterogeneidade mostrada são “elementos da representação (...) que o locutor (se) dá de sua enunciação” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 70). Para a autora, a heterogeneidade mostrada dá lugar ao outro no discurso, mas não é independente, ela corresponde a uma forma de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva.

Na heterogeneidade mostrada, no entanto, diferentemente da heterogeneidade constitutiva, quando o locutor marca explicitamente pontos de heterogeneidade em seu discurso, ele delimita e circunscreve o *outro* e, assim, afirma que o outro não está em todo lugar, explica Authier-Revuz. Ao designar o outro em um ponto do discurso, na heterogeneidade mostrada, o locutor institui o resto desse discurso como sendo seu, dependente somente dele (locutor) próprio, tomando o discurso, em geral, como homogêneo, e, assim, se coloca no domínio de separar o “um” do “outro”. Assim, podemos dizer que o outro só é outro quando coloca em risco a identidade do “um”. Nesse sentido, as marcas explícitas de heterogeneidade são, conforme a autora, uma resposta ao fato de que o sujeito falante não pode escapar ao domínio de uma fala fundamentalmente heterogênea porque é através dessas marcas que o sujeito tem a possibilidade de fortalecer o estatuto do “um”. Authier-Revuz enfatiza a importância de se estudar a maneira pela qual funcionam as formas de heterogeneidade explícita porque, segundo ela, é através desse estudo que se manifesta o modo de negociação com a heterogeneidade constitutiva própria ao discurso, colocada nas *palavras* pelo sujeito.

Mesmo quando as formas de heterogeneidade tendem a se ausentarem, comum aos discursos que privilegiam um modo de apresentação que, supostamente, se dizem científicos ou “neutros, há sentidos que são constituídos a partir da presença do outro (ou de outros) no fio discursivo, ou seja, o discurso escapa à vontade do sujeito falante bem como ao projeto consciente de significação. Trata-se da heterogeneidade constitutiva, em que o sujeito desaparece para deixar o lugar a um discurso que, liberado ou invadido, não lhe dá lugar.

Fundamentando nosso trabalho em Authier-Revuz estamos, também, buscando responder qual a relação possível entre a proposta da autora, que se diz lingüista, e uma teoria discursiva. O capítulo ainda não está fechado, mas procuraremos entender essa relação mediante o material que elegemos para análise, isto é, as reportagens de capa da revista *Superinteressante* já sinalizadas neste trabalho.

<sup>19</sup> Clément, 1975b, p. 53. Citando Lacan. *Ecrits*, p. 704 apud Authier-Revuz, 2004, p. 65.

<sup>20</sup> Cf. Roudinesco, 1977, p. 48, apud Authier-Revuz, *Entre a transparência e a opacidade*, p. 66.

<sup>21</sup> Essa ilusão é necessária e normal ao sujeito porque é inerente à constituição do sujeito humano.

Justificamos, ainda, que trabalharemos com Authier-Revuz a partir da releitura de Maingueneau porque nos interessa verificar as relações polêmicas entre diferentes posições enunciativas no mesmo campo discursivo, conforme se poderá verificar na análise do *corpus*.

## 2.2 Dominique Maingueneau

A proposta de Maingueneau (2005), a do primado do interdiscurso, está inscrita em uma perspectiva da heterogeneidade constitutiva, cuja hipótese explica-se por uma relação inextricável, que “amarra o Mesmo do discurso e seu Outro” (Maingueneau, 2005, p. 33). Com essa proposta Maingueneau reafirma a importância dos trabalhos do círculo de Bakhtin como pesquisas precursoras em formulações sobre o caráter “polifônico” da fala, pois (as pesquisas bakhtinianas) fazem da relação ao Outro o fundamento da discursividade.

Maingueneau explica que utilizar as reflexões acerca do “princípio dialógico” de Bakhtin em relação à interação enunciativa apresenta-se como uma forma de convergência às nossas preocupações sobre a interdiscursividade.

Nesse sentido podemos dizer que, em alguma medida, o percurso de Maingueneau se inscreve na mesma perspectiva que a de Bakhtin, a de uma “heterogeneidade constitutiva”, no entanto, Maingueneau atribui a essa orientação geral um quadro metodológico e um domínio de validade mais precisos, ou seja, toma “interdiscurso” com uma especificação ulterior, substituindo esse termo por uma tríade: *universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo*.

Abreviadamente tentaremos mostrar o modo que o autor apresenta essas três noções. Ele chama de universo discursivo o “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (Maingueneau, 2005, p. 35). Este (o universo discursivo), segundo Maingueneau, constitui um conjunto finito e, por isso, é de pouca utilidade para o analista, já que define apenas uma extensão máxima, ou seja, só define o horizonte a partir do qual serão construídos os campos discursivos, ou melhor, os domínios susceptíveis de serem estudados.

Sobre a noção de campo discursivo, Maingueneau entende como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitando-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (Maingueneau, 2005, p. 35). O autor toma a palavra “concorrência” em seu modo mais amplo, incluindo o confronto aberto, a aliança, a neutralidade aparente etc entre discursos que possuem a mesma função social, mas que não condizem sobre o modo pela qual essa função deve ser preenchida.

Assim, podemos definir “campo discursivo” como um recorte que não determina zonas isoladas de análise, mas podemos considerá-lo uma abstração necessária, que deve permitir abrir múltiplas redes de trocas, já que, segundo Maingueneau, é no interior desse campo discursivo que se constitui um discurso, e essa constituição (do discurso), conforme hipótese do autor, pode deixar-se descrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes. Todavia, conceber essa descrição de operações com certas regularidades não implica dizer, de forma alguma, que um discurso se constitua da mesma maneira com todos os discursos desse campo, já que a heterogeneidade impõe uma hierarquia instável, onde discursos dominantes e discursos dominados não se situam necessariamente no mesmo plano, não sendo possível, portanto, determinar *a priori* as modalidades das relações entre as diversas formações discursivas de um campo.

Como essas relações entre formações discursivas precisam ser isoladas para que, abstrata, mas necessariamente a análise aconteça, Maingueneau propõe a noção de *espaços discursivos*. Estes, segundo o autor, são “subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevante para seu propósito colocar em relação” (Maingueneau, 2005, p. 37). Os espaços discursivos são isolados, no campo, e devem resultar apenas de hipóteses fundadas sobre um

conhecimento dos textos e sobre um saber histórico, que serão em seguida confirmados ou não quando a pesquisa progredir.<sup>22</sup>

Nessa condição, a de pensar em um primado do interdiscurso através da tríade sumariamente apresentada, compreendemos, juntamente com Maingueneau, que precisamos considerar “qual(is) outro(s) discurso(s) do campo é(são) citado(s) e recusado(s) pelo discurso ‘segundo’<sup>23</sup> para identificá-los como o(s) discurso(s) ‘primeiro(s)’ através do(s) qual(is) aquele se constituiu” (Maingueneau, 2005, p. 37). Dessa forma, estamos reconhecendo, no nível das condições de possibilidades semânticas, um espaço de trocas em detrimento de um espaço de identidade fechada e também incitando a construir um sistema que não só circunscreva a especificidade de um discurso mas também defina as relações desse discurso com seu Outro.<sup>24</sup>

Trata-se, aqui, não mais de tomar o interdiscurso como um conjunto de relações entre diversos “intradiscursos” compactos, mas de pensar a presença do interdiscurso no interior do intradiscurso como parte de seu funcionamento e de sua constituição. Pensa-se, antes de mais nada, que o Outro não deve mais ser pensado como uma espécie de “envelope” do discurso. No espaço discursivo faz-se preciso definir uma formação discursiva a partir de seu interdiscurso. O Outro deixa de ser um fragmento localizável, uma citação ou uma entidade exterior e passa a ser a parte de sentido necessária à constituição da identidade de um discurso, jamais sendo reduzido a uma figura de interlocutor.

Considerando sua proposta, Maingueneau afirmar que mesmo que a presença do Outro constitutivo supostamente desapareça, a maneira pela qual o discurso segundo vai gerir suas novas relações interdiscursivas continua determinada pela rede semântica através da qual ele se constituiu. Em outras palavras, se “o discurso segundo não tem mais nada a ver com o discurso primeiro, nem por isso ele necessariamente deixa de ter relação com as estruturas semânticas correspondentes, nas quais ele continuará a ler a figura de seu Outro” (Maingueneau, 2005, p. 43).

Adotamos a releitura de Maingueneau, portanto, por considerarmos que apenas a leitura de Authier-Revuz não inscreveria a nossa pesquisa em AD, já que ela relê a noção de heterogeneidade no fio do enunciado<sup>25</sup>. Assim, fundamentarmos nosso trabalho sem as noções trabalhadas por Maingueneau não se justificaria, uma vez que ele refaz o percurso do interdiscurso trabalhando com discursos em relação polêmica dentro de determinado campo discursivo, o que, necessariamente, explica a relação da fundamentação teórica adotada ao nosso *corpus* de análise.

Maingueneau (1997, p.75), dessa maneira, continua refletindo sobre a presença de “outro(s)” no discurso, pontuando que falar em heterogeneidade significa “tomar conhecimento de um funcionamento que representa uma relação radical de seu ‘interior’ com seu ‘exterior’”<sup>26</sup>. Também pontua que há uma distinção entre heterogeneidade mostrada e constitutiva.

O autor define heterogeneidade mostrada como sendo as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação, e heterogeneidade constitutiva como uma heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas que a Análise do Discurso, pode, através do interdiscurso, definir a propósito de uma formação discursiva.

Pensarmos em identidade discursiva significa, primeiramente, assumir o fato de que uma formação discursiva não deve ser concebida como um bloco compacto que se opõe a outro, mas como uma realidade “heterogênea por si mesma”, ou seja, uma formação discursiva inscreve-se entre diversas formações discursivas, sem estabelecer limites definitivos que separam um

---

<sup>22</sup> Acreditamos que, na maioria das vezes, esse espaço discursivo não é previamente dado, mas construído na medida em que se estabelecem ou que se fazem estabelecer as relações entre as formações discursivas constituintes do *corpus* de análise.

<sup>23</sup> Maingueneau está chamando de discurso segundo aquele que se constitui através dos discursos dos outros.

<sup>24</sup> Maingueneau ressalta que esse Outro, aqui, com letra maiúscula, não coincide com seu homônimo laciano.

<sup>25</sup> A releitura de Authier-Revuz traz grandes contribuições para os estudos discursivos, uma vez que, antes, era uma questão de sintaxe.

<sup>26</sup> Para Maingueneau as formações discursivas não possuem duas dimensões; de um lado há sua relação com elas mesmas, de outro lado, suas relações com o exterior.

interior e um exterior. Nessa perspectiva, a formação discursiva<sup>27</sup> é definida a partir de seu interdiscurso, e não o contrário<sup>28</sup>, daí o primado do interdiscurso proposto por Maingueneau (2005).

O interdiscurso, nesse sentido, deve ser apreendido como a interação entre formações discursivas, o que leva-nos a pontuar que a identidade discursiva está construída na relação com o Outro.<sup>29</sup> Mesmo na ausência de qualquer marca de heterogeneidade marcada, Maingueneau (1997, p. 120) afirma que “toda unidade de sentido, qualquer que seja seu tipo, pode estar inscrita em uma relação essencial com uma outra, aquela do ou dos discursos em relação aos quais o discurso de que ela deriva define sua identidade”. Não concebemos separação, portanto, colocando as formações discursivas de um lado e suas relações de outro, mas entendemos, corroborando com o autor, que todos os elementos são retirados da interdiscursividade.

Dizer que a interdiscursividade é constitutiva significa também assumir o fato de que o discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos, recobrando relações diversas, e construindo, ao mesmo tempo, sua identidade e sua relação com outros discursos, os quais lhe permitem estabelecê-la.

### 3. A construção do efeito de neutralidade: análise das reportagens

Passaremos, então, à análise, ou, à tentativa de uma análise da reportagem “*Afinal, o que está acontecendo com a medicina?*” (Ano 15, nº5, maio/2001, p.48-58).

Tomaremos por base as marcas lingüísticas dos enunciados porque as consideramos inseridas numa discursividade instauradora de uma ordem discursiva capaz de levar aos efeitos de sentidos produzidos.

O primeiro ponto que nos chamou a atenção foi o título da reportagem dado pelo jornalista “*A medicina doente*”. Nessa escolha percebemos a inscrição de uma posição onde o jornalista se inscreve e inscreve a revista em um campo discursivo que assume o discurso da desestabilização da medicina tradicional. Supomos que isso pode confirmado pelo subtítulo “*Um conjunto de distorções abala a confiança nos médicos e expõe a crise sem precedentes por que passa a medicina*”. Nesse enunciado há índices de que se assume a crise da medicina, não é uma hipótese que está sendo levantada, trata-se da *exposição* do problema pela reportagem, o que marca a construção de um lugar discursivo da revista.

Acreditamos que a posição assumida, ou inscrita, do jornalista inscreve, necessariamente, a posição da revista, já que todo e qualquer discurso se constitui a partir de uma posição enunciativa. Portanto, daqui por diante, todas as vezes que falarmos em posição do jornalista fica subentendido também a posição mesma da revista.

Seqüencialmente, podemos destacar que na afirmação de crise da medicina o jornalista, inscrição também da revista, lança mão de algumas “provas” dessa doença da medicina tradicional. Assim, ele tenta se passar apenas por mediador da polêmica, dando voz às partes envolvidas na questão. É justamente aí que o nosso trabalho se inscreve, tentando mostrar de que maneira essa tentativa da construção do efeito de neutralidade falha, revelando as verdadeiras inscrições da revista e a constitutividade de sua identidade.

Vale a pena destacar que essa polêmica não se instaura na reportagem, ela, na parte do corpus já observado, é tomada como pré-constituente, isto é, como já existente no mundo real. Na reportagem, o intuito é somente discutir, dando voz a ambos os lados da polêmica.

Primeiramente o jornalista expõe o problema (medicina tradicional doente) inserindo-o num contexto tecnológico moderno que não atende às necessidades do homem no campo da

---

<sup>27</sup> Segundo Maingueneau toda formação discursiva deve ser associada a uma memória discursiva, constituída de formulações que, repetem, recusam e transformam outras formulações.

<sup>28</sup> Devemos lembrar, no entanto, que todo discurso mantém uma relação com elementos pré-construídos (produzidos em outros discursos anteriores e independentes do discurso “novo” que se instaura), e que, por isso, a presença do interdiscurso no discurso é inevitavelmente apagada.

<sup>29</sup> Vale, aqui, ressaltarmos que, a presença de outro(s) no discurso não se dá de forma aleatória e sem lógica, ou seja, em um discurso, não existe relação com outro que seja independente de sua própria organização semântica.

saúde e, cada vez mais, deixa o cliente, no caso o paciente, insatisfeito. E, na tentativa de se neutralizar de quaisquer inscrições, o jornalista traz para a polêmica a voz de um “outro” que, de algum modo, comprova a sua posição (do jornalista/revista) discursiva, posição de tentar mostrar que a medicina tradicional está passando por uma séria crise. Podemos perceber isso se observarmos a citação do presidente da Associação Brasileira de Qualidade de Vida, Flávio Corrêa Próspero: “*Em todos os setores a sofisticação tecnológica reduziu custos e aumentou a satisfação do cliente, exceto na medicina*”. (p.50)

Também como indício de uma exibição da crise, podemos destacar outros recursos, como, por exemplo, o uso de números estatísticos. A esse respeito destacamos, tal qual como no texto original, o surgimento de novas doenças que “*já soma 30000 itens*” ( p. 50), o fato de que “*82% dos pacientes superpõem a seus tratamentos na medicina oficial as terapias alternativas*” (p. 50), que nos Estados Unidos “*35% da população já frequenta consultórios de homeopatas, acupunturistas e outros terapeutas que não fazem uso de drogas químicas, os chamados remédios alopatas*” (p.50), que um número muito alto de pessoas (106000), “*morrem devido a efeitos colaterais de medicamentos...*” (p. 50), que “*98000 americanos teriam morrido, no ano passado, vitimados por erros médicos grosseiros*” (p. 50), e que a assistência médica é o que menos influencia para que uma pessoa viva mais de 65 anos, “*apenas 10%, num conjunto em que o estilo de vida participa com 53%, as condições ambientais com 20% e a herança genética com 17%*” (p. 51) . Ainda foi dada a vez/voz a uma diretora de Serviços de Saúde do Instituto de Medicina, Janet Corrigan, que, segundo a revista, acredita que esse número foi subestimado: “*O erro médico tem sido ocultado*” (p. 50). Todas essas seleções de informações demonstram que a revista, através de sua inscrição histórico-ideológica, se inscreve em um campo discursivo em que há disputa de terreno e de poder entre as duas medicinas (tradicional e alternativa). De acordo com essa inscrição nesse campo, podemos dizer que essas duas medicinas, supostamente, não podem conviver pacificamente juntas, já que se uma (alternativa) ganha terreno, a outra (tradicional), necessariamente, perde, e vice-versa.

Também a respeito da escolha das palavras utilizadas pelo jornalista percebemos que está sendo criticada essa comum supervalorização da chamada medicina oficial. Não é atribuído, somente à medicina tradicional, o caráter de científico, mas também à medicina alternativa, um caráter, senão científico, pelo menos, sério e, até então, com resultados positivos. Não menos relevante também há um questionamento e, em certa medida, uma denúncia dos erros considerados impunes cometidos pela alopatia, prática da medicina tradicional.

Outro ponto muito discutido na reportagem é o alto custo dos tratamentos alopáticos. Isso, novamente, marca a posição da revista frente a essa polêmica: uma inscrição que nega essa “comercialização” que se tornou a medicina tradicional. Parece-nos, então, que a revista (jornalista) trouxe, outra vez, para o interior da discussão vozes outras que se alinham à sua posição. Na página 51 (cf. reportagem em anexo) o jornalista afirma que os serviços médico-hospitalares nos Estados Unidos representaram, na última década, 15% do PIB americano, algo em torno de 1,3 trilhão de dólares. Esclareceu que no Brasil a assistência médica compõe 04% do PIB, 24 bilhões de dólares, e que a “indústria” da saúde cresce em torno de 15% ao ano.

Também nesse pensamento, ele afirma que “*não há justificativa lógica para o fato de 51% dos partos no Estado de São Paulo acontecerem mediante operações cesarianas*” (p. 51-52) e que, através da opinião do psiquiatra paulistano e doutor em psicossomática Wilhelm Kenzler, 85% dos exames solicitados pelos médicos apresentam resultado negativo e que mais de 90% dos diagnósticos se resumem nas siglas NDN (nada digno de nota) ou DNV (distúrbio neurovegetativo, o mesmo que crise nervosa). Afirma ainda que mesmo não diagnosticando nenhuma doença física, a maioria dos pacientes voltam para casa com uma receita de medicamento, quase sempre dispensável, levando a uma doença iatrogênica (causada por tratamento médico inadequado) e, por último, que se os pacientes não recebem uma receita ficam insatisfeitos porque, segundo Wilhelm, a medicina está despersonalizada, tecnicizada e mercantilizada.

Inscritos no lugar teórico da AD, podemos afirmar que a escolha do jornalista de mostrar ou, até, ocultar informações representa mais que mediar a polêmica, mas evidencia em que

posição discursiva se inscreve a revista. E, baseados nisso, dizemos, mais uma vez, que a revista se inscreve em um lugar propício para o discurso da disputa de poder, abrindo espaço para o discurso do alternativo, do não-científico, do esotérico, do místico, do espiritual, enfim, de um discurso outro que não seja um discurso de uma cientificidade já consagrada. Nessas passagens retiradas da reportagem, as quais fazem parte da constituição de uma posição enunciativa da revista no campo de divulgação científica, que se referem à comercialização da medicina, percebemos que a revista está ferrenhamente colocada de maneira desfavorável à prática médica como um modo de obter lucros em detrimento de usar a medicina para o bem dos pacientes.

Está sendo levantada pela revista a questão tanto da competência e ética dos médicos ao pedirem os exames, quanto ao interpretarem os resultados deles. Está sendo considerado o fato de que os médicos pedem uma quantidade absurda de exames, que ficam caríssimos, para não chegarem a lugar algum. Está sendo levantada a questão de que médicos submetem pacientes a intervenções arriscadas e de alto custo sem, em grande parte dos casos, a menor necessidade. Está sendo criticado o fato de a medicina estar sendo considerada uma fonte “normal” de lucros para o país, sem o menor pudor em relação aos doentes e suas famílias. Portanto, não se trata apenas de uma divulgação de dados, números, estatísticas, porcentagens e opiniões de autoridades, trata-se, muito antes, de uma inscrição histórico-ideológica da revista, que pela via discursiva podemos, assim pensamos, ressaltar posições assumidas e revelar efeitos de sentidos produzidos.

Na seqüência o jornalista continua utilizando vozes de autoridades em medicina com o intuito, nos parece, de dar créditos ao seu sua posição. Ele citou o pediatra americano Wells Shoemaker para falar da mercantilização da medicina (p. 52); citou uma mãe de um paciente e um doutor em neurofisiologia, Renato Sabbatini (UNICAMP), para exemplificar o uso abusivo de medicamentos e a conformidade da população a esse respeito (p. 52); citou o físico inglês Isaac Newton (p. 52), o filósofo francês René Descartes (p. 52), um pesquisador da USP, Dante Gallian (p. 52), o químico francês Louis Pasteur (p. 53), entre outros, para fazer um percurso breve que a medicina percorreu para chegar à posição de que a solução de tudo está nos medicamentos.

O jornalista, em consonância com essa posição, de que a medicina, de certo modo, está sendo controlada pela gigantesca indústria farmacêutica, afirma que o médico *“tornou-se um técnico, um especialista com grande conhecimento específico e quase sempre sem noção do todo”* (p. 53) e que *“os medicamentos passaram a ser vistos como a chave para a cura de todos os problemas de saúde”* (p. 54). E dentro desse mesmo tema cita novamente o psiquiatra Wilhelm que diz que *“o interesse do big business não é curar, mas manter as doenças sob controle de remédios”* (p. 54).

Com base nesses enunciados percebemos a presença de uma inscrição discursiva que dá lugar a uma certa revolta, a uma não-conformidade em relação à maneira como os pacientes são tratados. Há aí uma certa repulsa a esse médico que se cala em função do interesse mercadológico e uma resistência a essa medicina que tem a intenção, não de curar, mas de manter as pessoas sob o uso de medicamentos para, então, garantir lucros.

Em contraponto a isso, garantindo à medicina tradicional o direito de responder a essa crítica e colocando-se, ou tentando, como mediador da polêmica, o jornalista “permite” que o médico Renato Sabbatini registre o seu ponto de vista. Ele levanta a questão de o médico ser mal pago e afirma que *“não há nada de errado no modelo biomédico (...) a boa medicina é científica, apóia-se em evidências”* (p. 54). Segundo o médico o problema da medicina está circunscrito à exploração econômica da atividade.

Não abrindo muito espaço para as possíveis causas e justificativas da medicina tradicional, representada pelo médico Renato Sabbatini, o jornalista continua levantando os problemas da medicina dita oficial. E ele faz isso de modo mais enfático e detalhista do que dá a “voz” aos alopatas para se posicionarem, o que, de novo, mostra a inscrição da revista em um campo habitado de discursos outros, que depõem contra os discursos tradicionalistas. Para isso ele cita um estudo que indica que 20% dos médicos americanos são dependentes do ópio (p. 55) e a falta de importância destinada aos pacientes (p. 55).

Na seqüência, entretanto, o jornalista admite que, mesmo com as limitações e distorções atuais, a medicina convencional ainda é o recurso mais próximo e mais rápido para o enfrentamento de situações extremas no campo da saúde. Mas, ao mesmo tempo, não aceita o fato de não se olhar para a hipótese de se utilizar terapias não-alopáticas para complementar o tratamento dos pacientes.

Desse modo, podemos dizer que a revista tenta colocar a questão de que estamos caminhando em direção a um novo paradigma científico: a divisão de terreno entre a medicina convencional e a medicina alternativa. E, mais uma vez, dando voz a esse lado da polêmica, o lado da medicina alternativa, o jornalista, mostrando que a medicina realmente ganhou terreno nos últimos tempos, baseia-se em números, estatísticas, porcentagens e opiniões de autoridades no assunto, assim como fez para apresentar a crise da medicina convencional, só que, agora, evidenciando a ascensão da medicina alternativa.

Para mostrar a velocidade com que as práticas alternativas ganham terreno o jornalista cita que “75% das escolas de medicina dos Estados Unidos oferecem cursos de especialização em terapias alternativas” (p. 56); que “270 milhões de americanos costuma recorrer a algum tipo de tratamento não-convencional” (p. 56); que a medicina alternativa já “movimenta 30 bilhões de dólares por ano nos Estados Unidos” (p. 56); que o país “possui cerca de 14000 médicos homeopatas, 48 vezes mais do que há duas décadas” (p. 56); que “mais de 5000 médicos se dedicam à acupuntura no país, outra terapia alternativa só há pouco elevada à condição de especialidade médica” (pp. 56-57); que “cresce o número de médicos alopatas, formados à luz da medicina oficial, que promovem reuniões discretas e encontros públicos nos quais as terapias alternativas são apresentadas como métodos substitutivos de tratamentos baseados em drogas e cirurgias” (p. 57).

Através da escolha dessas citações percebemos que o objetivo da revista é tentar mostrar que a medicina alternativa ganha espaço a cada dia. Para isso o jornalista lançou mão de recursos que, se pararmos para analisar, revelam, parece-nos, uma posição de instauradora, a qualquer custo, de uma inscrição discursiva que depõe contra o discurso da cientificidade consagrada e instaurada, isto é, da demarcação do espaço da medicina- não-convencional (alternativa).

Para melhor entendermos essa inscrição da revista nesse campo de divulgação da cientificidade, tentaremos analisar as citações. Ao afirmar que uma certa porcentagem (75%) das escolas oferece cursos de especialização na área em questão (alternativa) podemos dizer que, em contraponto a essa informação, há uma tão importante quanto: na maioria das escolas, pelo menos, a medicina alternativa não é tratada como formação médica obrigatória. Do mesmo modo, quando se cita que 270 milhões de americanos recorrem a tratamentos alternativos, não se informa a porcentagem desses pacientes que insistiram no tratamento, deixando, portanto, uma certa dúvida em relação à eficácia dele. Em relação aos 30 bilhões de dólares movimentados pela medicina alternativa, podemos dizer que esse dado torna-se sem crédito se não os compararmos aos 400 bilhões de dólares que a medicina convencional movimenta por ano, sucumbidos, ali, pelo jornalista. A respeito dos 14000 médicos homeopatas e dos 5000 que se dedicam à acupuntura o que temos a ressaltar é a ausência do número de médicos alopatas. E, por fim, quanto ao crescimento dos alopatas que acreditam em práticas alternativas questionamos a origem dessa informação e a quantidade inexata desse crescimento.

A partir dessa seqüência de considerações podemos dizer que a revista, reinscrevendo-se em seu perfil tantas vezes já mencionado, tenta se constituir em uma posição discursiva que se coloca a favor da medicina alternativa, mostrando que ela cresce velozmente, ganhando, cada vez mais, a confiança das pessoas por ser uma prática séria e que leva a resultados positivos tanto para o paciente quanto para o país.

Corroborando com isso, podemos mencionar também a forma como o jornalista dá a voz para o homeopata e para o alopata. Ao homeopata, atribui um caráter de ciência às suas falas, citando autoridades; de forma séria e ética, não descartando a alopatia e nem a tratando, mesmo contra todas as evidências, como um método sem crédito (cf. anexo da reportagem, p. 57-58). Ao alopata atribui um caráter de “desacreditado”, não-científico e anti-ético, devido à ausência

de marcas científicas às suas vozes, que são colocadas como opinião pessoal e gratuitas contra os homeopatas. Usam expressões para se referirem à homeopatia como “bobagem”, “fraude”, “não servem para nada” (p. 57-58).

Questionamos, aqui, não a vantagem de uma e desvantagem de outra medicina, mas o modo como foram selecionadas as citações a respeito de uma e de outra. Acreditamos que, em alguma medida, através dos dados levantados, tanto o alopata quanto o homeopata apresentaram tentativas de convalidarem “suas” medicinas por meio de recursos semelhantes, como número, estatísticas, porcentagens, exemplificações, citações de autoridades, etc. No entanto, percebemos uma certa escolha dessas informações. E essa escolha (inscrição) representa, acreditamos, uma inscrição favorável do discurso da medicina alternativa em um campo, senão científico, pelo menos, de divulgação científica.

#### 4. Apontamentos finais

Concluirmos esse assunto não nos é possível, e nem acreditamos que o seja a alguém. Por isso, apenas arrolaremos algumas considerações a respeito do que foi, anteriormente, discutido.

Então, pensarmos em identidade discursiva significa, primeiramente, assumir o fato de que uma formação discursiva não deve ser concebida como um bloco compacto que se opõe a outro, mas como uma realidade “heterogênea por si mesma”, ou seja, uma formação discursiva inscreve-se entre diversas formações discursivas, sem estabelecer limites definitivos que separam um interior e um exterior. Nessa perspectiva, a formação discursiva<sup>30</sup> é definida a partir de seu interdiscurso, e não o contrário.<sup>31</sup>

O interdiscurso, nesse sentido, deve ser apreendido como a interação entre formações discursivas, o que leva-nos a pontuar que a identidade discursiva está construída na relação com o Outro.<sup>32</sup> Mesmo na ausência de qualquer marca de heterogeneidade marcada, Maingueneau (1997) afirma que “toda unidade de sentido, qualquer que seja seu tipo, pode estar inscrita em uma relação essencial com uma outra, aquela do ou dos discursos em relação aos quais o discurso de que ela deriva define sua identidade” (p. 120). Não concebemos separação, portanto, colocando as formações discursivas de um lado e suas relações de outro, mas entendemos, corroborando com o autor, que todos os elementos são retirados da interdiscursividade.

Dizer que a interdiscursividade é constitutiva significa também assumir o fato de que o discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos, recobrando relações diversas, e construindo, ao mesmo tempo, sua identidade e sua relação com outros discursos, os quais lhe permitem estabelecê-la.

Depois das considerações feitas a respeito da presença do outro no discurso, podemos dizer, a partir da análise da reportagem selecionada, que há a presença do discurso de “outro”, de modo a comprovar o fato de que um discurso não se constitui de maneira pura e homogênea, que o discurso sempre dialoga com outros discursos. Devemos ponderar ainda que esse(s) outro(s) discurso(s) é(são) parte constitutiva do discurso, não podendo pois serem deixados de lado. Podemos confirmar, pois, que o jornalista, representando e inscrevendo a posição da revista, tentando não se inscrever a partir dessa tentativa de neutralidade, inscreve-se e inscreve a revista em uma posição dentro do campo de divulgação científica. Esta posição seria, supostamente, a de um lugar propício para o discurso da disputa de poder e de terreno entre dois lados de uma polêmica, neste caso as medicina tradicional e alternativa, abrindo espaço para o discurso do alternativo, do não-científico, do esotérico, do místico, do espiritual, enfim, de um discurso outro que não seja o discurso de uma cientificidade já consagrada. Portanto, não se

<sup>30</sup> Segundo Maingueneau toda formação discursiva deve ser associada a uma memória discursiva, constituída de formulações que, repetem, recusam e transformam outras formulações.

<sup>31</sup> Devemos lembrar, no entanto, que todo discurso mantém uma relação com elementos pré-construídos (produzidos em outros discursos anteriores e independentes do discurso “novo” que se instaura), e que, por isso, a presença do interdiscurso no discurso é inevitavelmente apagada.

<sup>32</sup> Vale, aqui, ressaltarmos que, a presença de outro(s) no discurso não se dá de forma aleatória e sem lógica, ou seja, em um discurso, não existe relação com outro que seja independente de sua própria organização semântica.

trata tão somente de uma divulgação de dados, números, estatísticas, porcentagens e opiniões de autoridades, trata-se, muito antes, de uma inscrição histórico-ideológica da revista. Isto é, o(a) jornalista, mesmo na tentativa de se colocar apenas como um mediador da polêmica em um lugar “neutro”, inscreve-se e inscreve a revista em um lugar que dá abertura para esse discurso “outro”, para essa disputa de poder entre discursos que disputam um mesmo lugar.

## 5. Referências bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a Transparência e a Opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2004.

BAKHTIN, Mikail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1986.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Campinas, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3 ed. Trad. Freda Indursky. Campinas, 1997.

MARTINS, Z. *Propaganda é isso aí!* v. 2. São Paulo: Futura, 2003.

PECHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 3 ed. Campinas – SP: Pontes, 2002.

MUSSALIM, Fernanda. *Linguagem: práticas de leitura e escrita*. Livro do Estudante. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2004. (Coleção Viver Aprender)

MUSSALIM, Fernanda. *Linguagem: práticas de leitura e escrita*. Livro de Professores. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2004. (Coleção Viver Aprender)